

Moratória faz 6 meses e Brasil não define negociação

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Apesar de muitas previsões catastróficas, os seis meses da moratória foram comemorados com resignado silêncio pelo credores do Brasil, na quinta-feira passada. “É apenas uma data a mais no calendário. Não queremos transformá-la num terremoto”, disse um porta-voz do Citibank.

A atitude discreta dos bancos não deve ser mal interpretada. “É claro que notamos esse infeliz aniversário e estamos preocupados. Mas que podemos fazer de construtivo? Acharmos que a melhor atitude é esperar pelo melhor”, afirmou o mesmo funcionário.

O vice-presidente de um dos maiores financiadores do país disse que este não é um período para os bancos tomarem posições em relação ao Brasil. “Não temos uma proposta do governo diante da qual possamos reagir. Não tem sentido adotar uma linha dura ou flexível enquanto não soubermos exatamente os termos das reivindicações brasileiras”, explicou ele.

Por causa disso, em vez de reclamar dos seis meses de moratória ou de fazer ameaças, os credores estão se esforçando para criar um clima favorável para negociações. Uma equipe brasileira chefiada pelo ex-presidente do Banco Central, Fernando Bracher, chegará a Nova Iorque no início de setembro, a fim de apresentar a proposta do governo Sarney. No fim do mesmo mês, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, é esperado em Washington com outros membros da equipe econômica para participar da reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial e, nessa ocasião, os bancos esperam ter novos contatos de alto nível capazes de avançar essas negociações. “Há espaço para compromissos e ainda temos tempo para conversar”, lembra um vice-presidente do Banker's Trust.

Os temores de represálias por parte dos bancos depois de seis meses de suspensão dos pagamentos dos juros são exagerados e prematuros, esclarecem os diretores dessas instituições. Acrescentam que, em cinco anos de crise da dívida e sucessivos ciclos de negociações com países latino-americanos, as demoras e os impasses têm sido frequentes, mas sempre acabaram em acordos satisfatórios para todos os lados.

Um exemplo disso foi dado na sexta-feira com a assinatura do acordo do governo argentino com seus credores internacionais, no Hotel Pierre, em Nova Iorque. “Tanta gente disse que esse acordo jamais sairia, mas cá estamos hoje assinando-o”, proclamava, vitorioso, William Rhodes, que coordenara os bancos credores nas negociações com o ministro Mario Brodehrson. “Acho que apesar de todas as dúvidas conseguiremos um acordo também com o Brasil e tenho certeza de que será conveniente tanto para os bancos quanto para o país”, acrescentou.

Assessores de Rhodes afirmam que os bancos estão dispostos a negociar seriamente as propostas “razoáveis” que o Brasil apresentar, entre elas o empréstimo de 7,2 bilhões de dólares, equivalente ao montante que o país deveria pagar em juros de fevereiro de 1987 a dezembro de 1988. Termos flexíveis para o pagamento — desde alguns anos de carência a cerca de 20 anos para amortização — são dados como certos para esse empréstimo, acrescentam eles.

Mas os banqueiros ainda encaram com ceticismo a reivindicação de *spread* zero para a dívida feita várias vezes pelo ministro da Fazenda. Os *spreads* são taxas de risco cobradas pelos bancos acima da taxa flutuante de juros predominante no mercado do eurodólares, na praça de Londres. O menor *spread* conseguido até agora por grandes devedores é de 0,81% e consta dos acordos recentes assinados pelo México, Filipinas e Argentina.

— Francamente, achamos que Bresser está pedindo *spread* zero, mas aceitaria como grande vitória qualquer coisa abaixo da taxa de 0,81% conseguida pelas outras nações devedoras — disse um banqueiro no Hotel Pierre na sexta-feira.

Especialistas no tema da dívida externa como William Cline, do Instituto de Economia Internacional, acham que uma reivindicação desse tipo é imprudente para o Brasil. “Os bancos só abdicariam do *spread*, que é o lucro deles em operações de empréstimo, para não perder tudo. Mas isso seria o fim de um relacionamento comercial do Brasil com a comunidade financeira”, argumenta Cline. Segundo a análise desse especialista, se conseguisse *spread* zero, o Brasil economizaria cerca de 500 milhões de dólares anualmente, equivalente a 2% das exportações do país. “É pouco demais para arriscar o crédito do país a longo prazo”, acrescenta Cline, dizendo que se o país deseja normalizar seu relacionamento com os bancos não deveria pedir um tratamento só concedido aos países inviáveis.

As negociações para um novo pacote de financiamento do Brasil deverão durar pelo menos um mês e dependerão de muitos fatores, o mais importante, o desempenho da economia brasileira tanto nos últimos meses quanto no futuro a curto e médio prazos. Embora esse desempenho tenha dados positivos, como os saudáveis superávits conseguidos pelo país no comércio exterior, os temores de inflação e de enormes déficits orçamentários pesam negativamente. Se conseguirem convencer os credores de que o país vai manter a inflação e o déficit sob controle, os negociadores brasileiros poderão levar um acordo para casa ainda em meados de outubro.

Os bancos estão ansiosos por conseguir um acordo com o Brasil que leve o governo Sarney a restabelecer seus pagamentos da dívida.